



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2014.0000357183

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0047178-22.2012.8.26.0002, da Comarca de São Paulo, em que é apelante ANGELO ANTONIO DANTAS (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS.

ACORDAM, em 31ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmo. Desembargadores FRANCISCO CASCONI (Presidente), PAULO AYROSA E ANTONIO RIGOLIN.

São Paulo, 10 de junho de 2014.

FRANCISCO CASCONI
RELATOR
Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

APELAÇÃO COM REVISÃO Nº 0047178-22.2012.8.26.0002
31ª Câmara de Direito Privado
COMARCA : SÃO PAULO
APELANTE : ANGELO ANTONIO DANTAS
APELADA : PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
Juíza 1ª Inst.: Adriana Borges de Carvalho

VOTO Nº 27.533

RESPONSABILIDADE CIVIL - ACIDENTE DE TRÂNSITO - SEGURO OBRIGATÓRIO - PRESCRIÇÃO - OCORRÊNCIA - PRAZO DE TRÊS ANOS - INTELIGÊNCIA DO ART. 206, § 3º, IX, DO CÓDIGO CIVIL - SÚMULA Nº 405 DO STJ - CÔMPUTO DO PRAZO PRESCRICIONAL QUE TEVE INÍCIO A PARTIR DO PAGAMENTO ADMINISTRATIVO QUE ENSEJOU O PEDIDO DE COMPLEMENTAÇÃO E AJUIZAMENTO DA AÇÃO - RECURSO IMPROVIDO.

u

Apelação interposta contra r. sentença de fls. 75/77, cujo relatório adoto, que reconheceu a prescrição desta ação de cobrança de seguro obrigatório, extinto o feito na forma do artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil, condenado o autor ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, observada a gratuidade.

Recorre o vencido. Preliminarmente, alega cerceamento de defesa. No mérito, assevera que o prazo prescricional começa a fluir a partir da ciência inequívoca da invalidez, razão pela qual não fulminada a sua pretensão.

Recurso regularmente processado e contrariado.
É o relatório.

Sem razão o inconformado.

Prejudicada a análise do alegado cerceamento de defesa pela falta de realização de prova pericial ante a manutenção do reconhecimento da prescrição.

Depreende-se da inicial que, em 25/09/2006, o autor sofreu acidente de veículo que acarretou lesões de natureza gravíssima.

A ação foi proposta em 03.07.2012 (fls. 02), instruída a petição inicial com laudo de lesão corporal nº 26962/2007 elaborado pelo Instituto Médico Legal em 19/04/2007 (fls.17), além de comprovante de pagamento administrativo que ensejou o pedido de complementação (fls.22) e outros documentos.

In casu, tem-se que incide a regra especial de prescrição prevista no artigo 206, § 3º, inciso IX, do Código Civil de 2002, consumado prazo extintivo em 3 (três) anos.

Já a Súmula 278 do C. STJ dispõe que: *"O termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral"*.

Também, assente que, em tema prescricional, vigora o princípio da *actio nata*, segundo o qual só se inicia a contagem da prescrição quando a pretensão passa a ser exercitável.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

No caso vertente, de solar evidência que referido prazo aplicável à espécie não deve ser computado desde a data do acidente, mas tão somente a partir do pagamento imputado como insuficiente, pois este o fato gerador da postulação.

Destarte, tendo em vista que o pagamento administrativo ocorreu em 17/09/2007 (fls.22) e a ação foi aforada em 03/07/2012, fácil constatar que o direito de ação se encontra fulminado pelo instituto da prescrição, porquanto transcorrido período superior a 3 (três) anos.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso.

FRANCISCO CASCONI
Relator